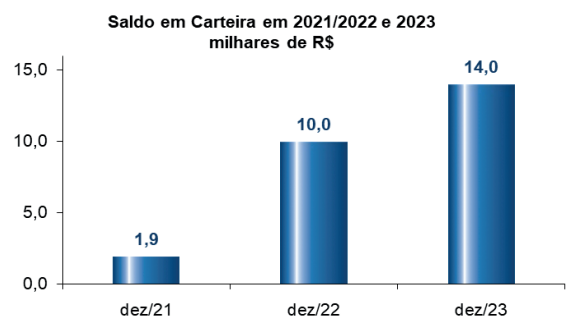
Assinado de forma digital por EDITORA BEM PARANA LTDA:76637305000170 Dados: 2024.04.25 00:17:17 -03'00'

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano de 2023, bem como O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2023. **Mensagem da Diretoria:** 2023 foi um ano em que a Companhia, no âmbito da Recuperação Judicial, se concentrou no fechamento da venda das UPI´s IPM e IOG, requisito muito importante para o soerguimento das empresas operacionais, bem como vem trabalhando intensamente na monetização dos seus ativos a fim de trazer um fluxo de caixa que permita a negociação com seus credores extraconcursais. Vale lembrar que muito já foi alcançado nesse sentido durante a Recuperação Judicial, conforme descrito no Relatório da Administração. Também foi um ano de maior concentração da atividade comercial em projetos que possam trazer o aumento da atividade operacional no curto prazo. Acreditamos que ainda no primeiro semestre de 2024 já começaremos a sentir os efeitos dessa estratégia comercial, visto que no nosso mercado o período de prospecção de projetos de maior porte leva de 6 meses a 1 ano. Estamos muito focados no aumento da atividade da fábrica de Araraquara, com aumento da equipe comercial e de orçamentos a fim de desenvolver novos projetos e principalmente novos clientes. Por último, 2023 foi marcado pelo fim da punibilidade da Companhia em trabalhar com as empresas do Governo, o que nos possibilita o recadastramento, principalmente na Petrobras, o que será de extrema importância para nossa retomada operacional, dado que historicamente este sem foi nosso maior cliente. Através das nossas empresas IESA Projetos e ENISA que atuam na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para a busca de novos clientes e também novas parcerias na área de engenharia, o que nos dará capacidade de orçamentação em produtos que tradicionalmente atuamos no passado recente, como equipamentos hidromecânicos e de movimentação de carga. Outro mercado que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário e esperamos ao longo de 2024 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor , também sediado em Araraquara. Com o fim da punibilidade, estamos preparando essas empresas operacionais para terem capacidade de prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Nossas expectativas tem como base os novos investimentos que o Governo Federal vem anunciando proporcionando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas. Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo. Esperamos que essas expectativas não sejam frustradas por questões como instabilidade política, crise mundial, incertezas regulatórias e questões ambientais. No entanto, estamos otimistas com 2024. **Diretoria Inepar S/A Indústria e Construções: 1. Principais conquistas durante o Plano de Recuperação Judicial** • Decisão Judicial de novembro de 2022 sobre o encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de fiscalização e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses; • Após a adesão à da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor, o que também já foi concluído com enorme sucesso, nos permitindo o pagamento de R$ 720 milhões da dívida, ficando os próximos pagamentos com vencimento a partir de setembro/25; • Leilão de venda das UPI´s IPM/IOG, tendo o Consórcio liderado pela EUROINVEST CO (UK) LTD, sido declarado vencedor do Leilão pelo preço de US$ 153 milhões e também foi concedido o prazo de pagamento de 75 dias úteis, com vencimento em maio/24; • Constituição e preparação da empresa ENISA para se apresentar ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/Iesa, voltando o foco para o seu mercado core - Energia e O&G principalmente; • Fim das punibilidades ocorridas em função da Lava-Jato, o que nos permitiu o início do recadastro junto aos órgãos governamentais, principalmente Petrobras, possibilitando nossa retomada desses mercados, fator essencial ao nosso soerguimento; • Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação em 2024, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região. A mudança na Lei das ZPE´s trouxe, sem dúvida, grandes benefícios para as empresas que se instalarem nessas Zonas, gerando pelo Brasil um grande número de ZPE´s. Estados Unidos e China são os países que mais adotaram esse modelo como forma de crescimento da economia. **2) Desempenho do Exercício de 2023: Fontes de receita:** As principais fontes de receita da Companhia são oriúndas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia e óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2023 uma receita bruta de R$ 8,1 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2023 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2022, com a perspectiva de recuperação do nível de faturamento ao longo do exercício de 2024 em função da nossa maior carteira e também ao maior nível de propostas que estão sendo demandadas pelos nossos clientes, bem como a retomada de orçamentos junto às empresas do Governo. **Resultado Econômico:** A Companhia apresentou lucro acumulado no exercício de 2023 de R$ 477,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2022 foi apurado um prejuízo de R$ 366,5 milhões. O lucro acumulado em 2023 foi gerado principalmente, pelo reconhecimento no resultado dos créditos do IRPJ, no montante de R$ 720 milhões que foram utilizados para pagamento das parcelas a vencer da Transação Tributária Individual assinado junto à PGFN. Neste exercício o resultado também foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R$ 187,7 milhões em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES e tributária. Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R$ 3,1 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela Companhia. Esperamos que 2024 seja o fim desse ciclo. A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos anos anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Apresentamos a seguir uma ***PROJEÇÃO*** do Balanço Patrimonial de 31/12/23 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC. ***Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes já foram devidamente computados e contabilizados***. Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial Projetado:
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial 31/12/2023	Balanço Projetado 31/12/2023
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.041	2.041
Contas a receber de clientes	666	666
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	10.425	10.425
Impostos a recuperar	77.272	77.272
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.873	1.873
Total do Ativo Circulante	**107.082**	**107.082**
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	861.688
Impostos a recuperar	86.169	312.234
Depósitos judiciais	75.699	75.699
Outros créditos	6.578	1.469.987
Investimentos	235.589	235.589
Imobilizado	129.228	129.228
Intangível	391.573	391.573
Total do Ativo Não Circulante	**1.059.523**	**3.609.997**
Total do Ativo	**1.166.605**	**3.717.079**

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial 31/12/2023	Balanço Projetado 31/12/2023
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	65.079	65.079
Instituições financeiras	384.950	384.950
Debêntures	15.996	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	152.629	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	132.909	132.909
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	36.011	36.011
Títulos a pagar	116.488	116.488
Outras contas a pagar	168.783	168.783
Total do Passivo Circulante	**1.076.186**	**1.076.186**
Não Circulante		
Instituições financeiras	219.954	219.954
Debêntures	255.192	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	322.203	322.203
Partes relacionadas	127.217	127.217
Tributos diferidos	79.081	940.718
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	180.637	180.637
Provisão passivo a descoberto	12.157	12.157
Outras contas a pagar	1.362	1.362
Total do Passivo Não Circulante	**1.215.066**	**2.076.703**
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	5.001	5.001
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	542.625	542.625
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	28.979	28.979
Debêntures perpétuas	236.591	236.591
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(2.952.300)	(1.263.461)
Ajuste de avaliação patrimonial	820.324	820.324
	(1.129.648)	**559.191**
Total do Patrimônio Líquido	**(1.124.647)**	**564.192**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**1.166.605**	**3.717.081**

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado: 01 - No Balanço Patrimonial de 31/12/23, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R$ 1,463 bilhões, de um total em discussão de R$ 2,530 bilhões, representando 62% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica. **02 -** Aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas. O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente. As Companhias efetuaram um aporte no valor de R$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R$ 1,379 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R$ 861 milhões ao longo dos próximos anos. **A Evolução do Plano de Recuperação Judicial:** No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial. Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação. Dentro do contexto da recuperação, • Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R$ 3,2 bilhões em novembro de 2014. • O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores. • Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R$ 2,4 bilhões. • Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e, com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária. • A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos "non core" que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia. • Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia ("INEP3"), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. • Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial. • Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R$ 1,030 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos "claims" em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia. Vale salientar que 100% da dívida exigível para encerramento da Recuperação Judicial, já foi devidamente liquidada, conforme demonstrado abaixo, e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos, bem como buscando recursos para liquidar o saldo dos credores das Classes I e IV, valores estes devidos pós biênio de fiscalização:

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio - (R$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio - (R$ M)	Saldo total devido - (R$ M)	Valor pago até o momento - (R$)
Classe I	-	R$ 38,1	R$ 38,1	R$ 147,2
Classe II	R$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES	-	R$ 227,7
Classe III	-	-	-	R$ 1.993,7
Classe IV	-	R$ 13,5	R$ 13,5	R$ 27,2
Total	R$ 0,0	R$ 51,6	R$ 51,6	R$ 2.395,8

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022, o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial. Apesar da decisão em primeira instância do encerramento da recuperação judicial e, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento da empresa, foi interposto pelas Recuperandas um Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido. Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivos trabalhistas superiores a R$ 200 milhões, sendo indubitável a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços. É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento. **Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG:** A estratégia de manutenção do Leilão das UPI´s IPM e IOG se mostrou correta, uma vez que havia um novo interessado, a Euroinvest, com proposta de compra das UPI´s por US$ 153 milhões. Em dezembro de 2023 o juiz aceitou a proposta do Consórcio comprador, bem como concedeu o prazo requerido pelo Consórcio de 75 dias úteis para o efetivo pagamento. **Da Continuidade das operações:** Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura. No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos: • Encerrar a sua recuperação judicial; • Recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa; • Encerrar positivamente o processo de venda das UPI´s IPM e IOG; • Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia; • A monetização de seus ativos judicializados que somam aprox. R$ 4 bilhões; • A monetização de outros ativos de sua propriedade. No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira, permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infra estrutura. **AUDITORIA EXTERNA:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *"a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial."* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado. Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Balanço Patrimonial - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.092	23	2.041	1.919
Contas a receber de clientes	6	62	1.110	666	6.605
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	10.425	7.244
Tributos a recuperar	10	4.499	4.769	77.272	76.880
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	314	-
Outros créditos	11	372	364	1.559	1.526
Total do ativo circulante		**6.034**	**6.275**	**107.082**	**108.979**
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	39.975	40.652	86.169	93.308
Depósitos judiciais	30	51.294	71.171	75.699	129.764
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.579
Investimentos	12	566.345	447.628	235.588	243.011
Imobilizado	13	72.204	75.239	129.228	211.446
Intangível	14	391.516	391.516	391.573	392.259
Total do ativo não circulante		**1.165.866**	**1.070.738**	**1.059.523**	**1.211.054**
Total do ativo		**1.171.900**	**1.077.013**	**1.166.605**	**1.320.033**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante					
Fornecedores		30.663	30.506	65.079	64.619
Instituições financeiras	15	250.382	234.982	384.950	390.730
Debêntures	16	15.996	14.881	15.996	14.881
Obrigações sociais e trabalhistas	31	8.953	7.209	152.629	143.912
Obrigações fiscais e tributárias	17	65.614	143.005	132.909	291.740
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Provisão de Custo e Encargos	18	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	19	30	-	36.011	33.143
Títulos a pagar		116.488	101.406	116.488	101.406
Outras contas a pagar	24	58.799	57.158	168.783	169.869
Total do passivo circulante		**550.242**	**592.464**	**1.076.186**	**1.213.641**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores		-	-	-	-
Instituições financeiras	15	219.954	232.367	219.954	232.367
Debêntures	16	255.192	238.625	255.192	238.625
Obrigações fiscais e tributárias	17	176.849	482.976	322.203	847.672
Partes relacionadas	21	285.788	216.074	127.217	116.328
Tributos diferidos	20.1	31.329	39.646	79.081	100.532
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	22	73.745	60.016	180.637	163.205
Provisão passivo à descoberto	23	706.146	836.319	12.157	9.760
Outras contas a pagar	24	-	-	1.362	1.293
Total do passivo não circulante		**1.751.306**	**2.108.326**	**1.215.066**	**1.727.045**
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	25 a	542.625	495.461	542.625	495.461
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25 c	28.979	23.126	28.979	23.126
Debêntures perpétuas	25 d	236.591	263.503	236.591	263.503
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(2.952.300)	(3.445.620)	(2.952.300)	(3.445.620)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	820.324	845.620	820.324	845.620
		(1.129.648)	**(1.623.777)**	**(1.129.648)**	**(1.623.777)**
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	5.001	3.124
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		**(1.129.648)**	**(1.623.777)**	**(1.124.647)**	**(1.620.653)**
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		**1.171.900**	**1.077.013**	**1.166.605**	**1.320.033**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 a 31/12/2023**	**Acumulado do Exercício Anterior**	**Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 a 31/12/2023**	**Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 a 31/12/2022**
Receita operacional bruta		**-**	**-**	**8.106**	**13.479**
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(1.623)	(2.757)
Receita operacional líquida	27	**-**	**-**	**6.483**	**10.722**
Custos dos produtos e serviços		-	-	(9.670)	(18.251)
Lucro bruto		**-**	**-**	**(3.187)**	**(7.529)**
Receitas (Despesas) operacionais		**211.488**	**(226.285)**	**(77.727)**	**(74.372)**
Despesas com vendas		(90)	(87)	(1.200)	(2.856)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(785)	(1.728)	(1.159)	(396)
Administrativas e gerais		(22.521)	(25.362)	(40.626)	(48.047)
Provisões para contingências		(21.047)	(28.962)	(29.271)	(53.362)
Outras receitas e despesas operacionais	29	5.465	15.017	6.137	43.506
Resultado da avaliação de investimentos	12	250.466	(185.163)	(11.608)	(13.217)
Resultado operacional		**211.488**	**(226.285)**	**(80.914)**	**(81.901)**
Despesas financeiras	28	(98.244)	(137.635)	(187.718)	(294.770)
Receitas financeiras	28	547	3.372	17.926	10.423
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**113.791**	**(360.548)**	**(250.706)**	**(366.248)**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	361.037	6.676	728.131	(318)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**474.828**	**(353.872)**	**477.425**	**(366.566)**
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores			**474.828**		**(353.872)**
Participação dos acionistas não controladores			**2.597**		**(12.694)**
			477.425		**(366.566)**
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício			31.685.549		119.917.580
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício			12.627.232		63.136.160
			44.312.781		183.053.740
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R$			10.475		(1.935)
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R$			11.523		(2.129)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - Período findo em 31 de Dezembro de 2023

Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas	**(16.457)**	**(26.650)**	**(8.193)**	**(995)**
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	8.011	13.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(785)	(1.728)	(1.159)	(396)
Outras Receitas / Despesas	(15.672)	(24.922)	(15.045)	(13.705)
Insumos adquiridos de terceiros	**(15.928)**	**(1.290)**	**(39.256)**	**(36.455)**
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(5.597)	(12.091)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(15.928)	(1.290)	(33.659)	(24.364)
Valor adicionado bruto	**(32.385)**	**(27.940)**	**(47.449)**	**(37.450)**
Depreciação e Amortização	(2.966)	(2.798)	(6.018)	(7.736)
Valor adicionado líquido	**(35.351)**	**(30.668)**	**(53.467)**	**(45.186)**
Valor adicionado recebido em transferência	**251.013**	**(181.791)**	**6.318**	**(2.794)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	250.466	(185.163)	(11.608)	(13.217)
Receitas Financeiras	547	3.372	17.926	10.423
Valor adicionado total a distribuir	**215.662**	**(212.459)**	**(47.149)**	**(47.980)**
Distribuição do valor adicionado				
Bens destinado a vendas				
Pessoal	**2.832**	**3.159**	**10.156**	**11.256**
Salários e encargos	1.774	1.771	6.279	6.422
Benefícios	906	1.255	3.370	4.365
FGTS	152	133	507	469
Impostos, taxas e contribuições	**(361.037)**	**-**	**(723.368)**	**11.693**
Federais	(361.037)	-	(724.026)	10.460
Estaduais	-	-	585	1.165
Municipais	-	-	73	68
Remuneração de capitais de terceiros	**99.039**	**138.254**	**188.638**	**295.637**
Juros	98.244	137.635	187.718	294.770
Alugueis	795	619	920	867
Remuneração de capitais próprios	**474.828**	**(353.872)**	**477.425**	**(366.566)**
Resultado do exercício	474.828	(353.872)	474.828	(353.872)
Participação de acionistas minoritários	-	-	2.597	(12.694)
Valor adicionado total distribuído	**215.662**	**(212.459)**	**(47.149)**	**(47.980)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) - Período findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do IR e CS	**113.791**	**(353.872)**	**(250.706)**	**(353.872)**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	3.024	2.727	9.074	7.677
Alienação de imobilizado/investimentos	11	880	74.506	1.814
Resultado de equivalência patrimonial	(250.466)	185.163	11.608	13.217
Ajuste de Ganhos de debentures	17.682	-	17.682	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(2.597)	12.694
Variações monetárias e cambiais	32.047	44.781	(3.319)	106.457
Provisões (Reversões)	13.729	27.396	17.432	52.389
Valor Justo sobre Propriedade para Investimento	-	-	-	-
Resultado do período ajustado	**(70.182)**	**(92.925)**	**(126.320)**	**(159.624)**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	1.048	(11.849)	5.939	(13.153)
Estoques	-	-	(3.181)	1.692
Títulos a receber	-	7.774	-	7.774
Impostos a recuperar	947	(6.676)	6.747	2.439
Despesas antecipadas	-	-	(314)	-
Outros créditos	7.359	10.673	41.522	153.961
	9.354	**(78)**	**50.713**	**152.713**
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	157	(320)	460	(6.706)
Salários e encargos sociais	1.744	(3.886)	8.717	(8.146)
Impostos e contribuições a recolher	(24.062)	39.999	29.116	65.946
Adiantamentos de clientes	30	-	2.868	(1.660)
Títulos a pagar	15.082	14.149	15.082	14.149
Outras contas a pagar	1.641	12.365	860	10.351
	(5.408)	**62.307**	**57.103**	**73.934**
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos	**(66.236)**	**(30.696)**	**(18.504)**	**67.023**
Atividades de investimentos				
Aquisições de novos investimentos	5.737	-	2.373	-
Ganho sobre participações societárias	-	-	-	(22)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(676)	(649)
Operações de mútuos com empresas ligadas	148	31.057	(34.216)	(7.021)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	**5.885**	**31.057**	**(32.519)**	**(7.692)**
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	31.889	20.885
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(29.060)	(550)	(46.763)	(76.949)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	-	(20.408)
Operações de mútuos com empresas ligadas	90.480	190	66.019	8.674
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	**61.420**	**(360)**	**51.145**	**(67.798)**
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.069**	**1**	**122**	**(8.467)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	23	21	1.919	10.386
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.092	22	2.041	1.919
Total do aumeno (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.069**	**1**	**122**	**(8.467)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Período findo em 31 de Dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

	Trimestre Atual 01/09/2023 à 31/12/2023	**Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023**	**Trimestre do Exercício Anterior 01/09/2022 à 31/12/2022**	**Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/12/2022**	**Trimestre Atual 01/09/2023 à 31/12/2023**	**Acumulado do Atual 01/01/2023 à 31/12/2023**	**Trimestre do Exercício Anterior 01/09/2022 à 31/12/2022**	**Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/12/2022**
Resultado líquido do período	**669.913**	**474.828**	**(291.381)**	**(353.872)**	**669.913**	**474.828**	**(169.786)**	**(353.872)**
Participação dos acionistas não controladores	(13.935)	(12.694)	4.541	2.597	(10.464)	(12.694)		
Ajuste patrimonial reflexo de investida	1.040	4.161	3.121	4.161	1.040	4.161	1.040	4.161
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	-	-	(158)	(158)	-	-	-	(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	(43)	(22)	(720)	(720)	(1)	(22)
Ajuste de Av. Patrimonial	6.736	6.736	-	-	6.736	6.736	-	-
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	11.848	20.252	-	-	11.848	20.252	-	-
Conversão de debêntures perpétuas	(11.848)	(11.848)	-	-	(11.848)	(11.848)	-	-
Resultado abrangente do período	**677.689**	**494.129**	**(302.396)**	**(362.585)**	**681.510**	**496.006**	**(179.211)**	**(362.585)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido /(Passivo a descoberto) - Período findo em 31 de dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais)*

	Capital Social			Reservas de Lucros								Ajuste de Avaliação Patrimonial					
	Subscrito	A integra lizar	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reserva de Capital	Reservas de Reserva Legal	Reservas de Ações em Tesouraria	Lucros a Disposição Assembléia	- Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reserva de reavaliação	Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio íquido dos acionistas da controladores	Participação dos não controladores no patr. liq das controladas	Total patrimônio líquido
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2022	**437.531**	**-**	**(3.073)**	**180.292**	**-**	**(8.303)**	**-**	**(3.089.790)**	**-**	**318.830**	**16.914**	**24.422**	**43.093**	**803.573**	**(1.276.511)**	**15.840**	**(1.260.671)**
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	184.086	-	-	-	-	-	184.086	-	2.230	-	186.316
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	3.121	-	-	-	-	-	-	-	3.121	-	3.121
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158	158	-	158
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**158**	**21**	**179**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**181.123**	**2.251**	**183.374**
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296	-	-	-	-	-	-	-	-	26.296	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215	-	-	-	-	-	-	-	-	12.215	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641	-12.641	-	-													
Transações de capital com os Sócios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
Debêntures a converter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	972	-	-	-	-	(972)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	659	-	-	-	-	-	(659)	-	-	-	-
Saldos finais em 30 de setembro de 2022	**488.683**	**-**	**3.073**	**180.292**	**-**	**8.303**	**-**	**3.269.124**	**-**	**267.678**	**16.914**	**23.450**	**42.434**	**803.415**	**1.457.634**	**13.589**	**1.444.045**
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	(353.872)	-	-	-	-	-	-	(353.872)	(12.694)	(366.566)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)	(158)	-	(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(158)**	**(22)**	**(22)**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(349.869)**	**(12.716)**	**(362.585)**
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.296)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.215)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.641)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 371ª RCA de 14/12/2022	6.778	(6.778)	-	-													
Transações de capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures a converter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.603	-	-	-	-	2.603	-	2.603
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	1.296	-	-	(1.296)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	888	(888)	-	-													
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022	**495.461**	**-**	**(3.073)**	**180.292**	**-**	**(8.303)**	**-**	**(3.437.317)**	**-**	**263.503**	**16.914**	**23.126**	**42.205**	**803.415**	**(1.623.777)**	**3.124**	**(1.620.653)**
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	474.828	-	-	-	-	-	-	474.828	2.597	477.425
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)	-	-	-	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-	-	-	4.161	-	4.161
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(720)	(720)
Ajuste de Av. Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.736	6.736	-	6.736
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.252	-	-	-	-	20.252	-	20.252
Conversão de debêntures perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.848)	(11.848)	-	(11.848)
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15.140**	**(720)**	**14.420**
Resultado abrangente total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**494.129**	**1.877**	**496.006**
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.336)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.664)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509	-	-	-	-	-	-	-	-	(509)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.655)	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.853)	-	-	5.853	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	20.184	-	-	-	(20.184)	-	-	-	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	**542.625**	**-**	**(3.073)**	**180.292**	**-**	**(8.303)**	**-**	**(2.943.997)**	**-**	**236.591**	**16.914**	**28.979**	**22.021**	**798.303**	**(1.129.648)**	**5.001**	**(1.124.647)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Nota 1 - Contexto operacional: A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180. A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/Iesa se apresentam como uma excelente alternativa. Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros. **Nota 1.1 Processo global da reestruturação e recuperação judicial:** Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005. Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas. A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos: - Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A. - Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A. - Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. - Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.). - Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A. - Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara. Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos: 1 - Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração. 2 - Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria. Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia. A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos. A Companhia, mantém seu interesse na alienação das UPI´s IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento. Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial, Em 03 de maio de 2023, a Inepar recebeu nova proposta para alienação das UP´s, pelo valor de U$ 160 milhões de dólares americanos. Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova de proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI´s IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos. Atualmente encontra-se pendente de aceitação a proposta da EUROINVEST, para adquirir as UPI´s IPM e IOG. A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos. Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	**Saldo devido incontroverso dentro do biênio - (R$ M)**	**Saldo devido incontroverso fora do biênio - (R$ M)**	**Saldo total devido - (R$ M)**	**Valor pago até o momento - (R$)**
Classe I	-	R$ 38,1	R$ 38,1	R$ 147,2
Classe II	R$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES	-	R$ 227,7
Classe III	-	-	-	R$ 1.993,7
Classe IV	-	R$ 13,5	R$ 13,5	R$ 27,2
Total	R$ 0,0	R$ 51,6	R$ 51,6	R$ 2.395,8

Nota 2 - Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem: a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: **3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:**

Empresas	**31/12/2023**	**31/12/2022**
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	**100,00**	**100,00**
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	99,00	99,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação; b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação; d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado; e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes. **3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes:** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3. Compensações entre Contas:** Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação. **3.4. Conversões em Moeda Estrangeira:** Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação. **3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. **3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue: · Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; · Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e · Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. **3.7. Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para *"impairment"* foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis. **3.8. Estoques:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. **3.9. Investimentos:** Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **3.10. Imobilizado:** A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado. **3.11. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **3.12. *Impairment* de Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *"impairment"* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *"impairment"* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *"impairment"*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *"impairment"*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *"impairment"* na data de apresentação das demonstrações financeiras. Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por *"impairment"*. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Re-

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

dução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem). **3.13. Contas a Pagar a Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante. **3.14. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada *(constructive obligation),* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo. **3.17.** CPC06(R2) / IFRS16 - Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17 - Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas. Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.18. Participações nos Lucros e Resultados:** Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais. **3.19. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos. **3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas:** A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir: 1) Identificação do contrato com o cliente; 2) Identificação das obrigações de desempenho; 3) Determinação do preço da transação; 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido. Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo. A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia. **3.21. Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. **3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) *"impairment"* dos ativos imobilizados, intangíveis; d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL; e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente. 3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações: As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. • Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios; • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material; • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; • CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2024: • CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Nota 4 - Instrumentos financeiros: CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros:** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros. A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado. Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediarias. **a) Considerações gerais:** A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada. **b) Valor de mercado:** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas: Risco de crédito:** A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual. **Riscos de taxas de juros:** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis. **Riscos de taxas de câmbio:** A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. **Análise de Sensibilidade: Exposição Cambial-Consolidado:** A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar). **Instrumentos Financeiros por Categoria:** Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

			Controladora
Ativos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial	**Ativos a valor justo por meio do resultado**	**Custo conforme amortizado**	**Total**
Circulante			
Aplicações financeiras	23	-	23
Contas a receber	-	1.110	1.110
Titulos valores mobiliários	-	9	9
Outros créditos	-	364	364
Total circulante	**23**	**1.483**	**1.506**
Não circulante			
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532
Total não circulante	**-**	**44.532**	**44.532**
Total Geral	**23**	**46.015**	**46.038**

			Controladora
Passivos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial		**Custo amortizado**	**Total**
Circulante			
Fornecedores		30.506	30.506
Empréstimos e financ.		234.982	234.982
Debêntures		14.881	14.881
Títulos a pagar		101.406	101.406
Outras contas a pagar		57.158	57.158
Total circulante		438.933	438.933
Não circulante			
Empréstimos e financ.		232.367	232.367
Total não circulante		**232.367**	**232.367**
Total Geral		**671.300**	**671.300**

			Controladora
Ativos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	**Ativos a valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Circulante			
Caixa e bancos	1.067	-	1.067
Aplicações financeiras	25	-	25
Contas a receber	-	62	62
Titulos valores mobiliários	-	9	9
Outros créditos	-	372	372
Total circulante	**1.092**	**443**	**1.535**
Não circulante			
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532
Total não circulante	**-**	**44.532**	**44.532**
Total Geral	**1.092**	**44.975**	**46.067**

			Controladora
Passivos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial		**Custo amortizado**	**Total**
Circulante			
Fornecedores		30.663	30.663
Empréstimos e financ.		250.382	250.382
Debêntures		15.996	15.996
Títulos a pagar		116.488	116.488
Outras contas a pagar		58.799	58.799
Total circulante		**472.328**	**472.328**
Não circulante			
Empréstimos e financ.		219.954	219.954
Total não circulante		**219.954**	**219.954**
Total Geral		**692.282**	**692.282**

			Consolidado
Ativos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial	**Ativos a valor justo por meio do resultado**	**Custo conforme amortizado**	**Total**
Circulante			
Caixa e bancos	1.722	-	1.722
Aplicações financeiras	197	-	197
Contas a receber	-	6.605	6.605
Titulos valores mobiliários	-	9	9
Outros créditos	-	1.526	1.526
Total circulante	**1.919**	**8.140**	**10.059**
Não circulante			
Contas a receber	-	133.999	133.999
Títulos a receber	-	-	-
Titulos valores mobiliários	-	688	688
Outros créditos	-	6.579	6.579
Total não circulante	**-**	**141.266**	**141.266**
Total Geral	**1.919**	**149.406**	**151.325**

			Consolidado
Passivos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial		**Custo amortizado**	**Total**
Circulante			
Fornecedores		64.619	64.619
Empréstimos e financiam.		390.730	390.730
Debêntures		14.881	14.881
Títulos a pagar		101.406	101.406
Outras contas a pagar		169.869	169.869
Total circulante		**741.505**	**741.505**
Não circulante			
Empréstimos e financiam.		232.367	232.367
Outras contas a pagar		1.293	1.293
Total não circulante		**233.660**	**233.660**
Total Geral		**975.165**	**975.165**

			Consolidado
Ativos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	**Ativos a valor justo por meio do resultado**	**Custo conforme amortizado**	**Total**
Circulante			
Caixa e bancos	1.874	-	1.874
Aplicações financeiras	167	-	167
Contas a receber	-	666	666
Titulos valores mobiliários	-	9	9
Outros créditos	-	1.559	1.559
Total circulante	**2.041**	**2.234**	**4.275**
Não circulante			
Contas a receber	-	133.999	133.999
Títulos a receber	-	-	-
Titulos valores mobiliários	-	688	688
Outros créditos	-	6.579	6.579
Total não circulante	**-**	**141.266**	**141.266**
Total Geral	**2.041**	**143.500**	**145.541**

			Consolidado
Passivos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial		**Custo amortizado**	**Total**
Circulante			
Fornecedores		65.079	65.079
Empréstimos e financiam.		384.950	384.950
Debêntures		15.996	15.996
Títulos a pagar		116.488	116.488
Outras contas a pagar		168.783	168.783
Total circulante		**751.296**	**751.296**
Não circulante			
Empréstimos e financiam.		219.954	219.954
Outras contas a pagar		1.362	1.362
Total não circulante		**221.316**	**221.316**
Total Geral		**972.612**	**972.612**

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa:	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Bancos conta movimento	1.067	-	1.874	1.722
Aplicação financeira	25	23	167	197
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.092**	**23**	**2.041**	**1.919**

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

Nota 6 - Contas a receber de clientes:	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Clientes interno (a)	55.668	56.381	145.738	151.343
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(11.074)	(10.739)	(11.073)	(10.739)
	44.594	**45.642**	**134.665**	**140.604**
Circulante	62	1.110	666	6.605
Não circulante	44.532	44.532	133.999	133.999

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R$ 51.925 e R$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos claims discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos. O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Nota 7 - Títulos e valores mobiliários:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Titulos diversos	9	9	697	697
	9	**9**	**697**	**697**
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Nota 8 - Estoques:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos em elaboração	4.061	2.221
Insumos e materiais	4.037	4.035
Adiantamentos a fornecedores	2.327	988
	10.425	**7.244**

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras). Nota 9 - Despesas antecipadas: Refere-se aos pagamentos de despesas que ainda não foram realizadas, como seguros e comissões sobre vendas a apropriar.

Nota 10 - Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a compensar (a)	14	14	54.691	53.886
ICMS a recuperar	-	52	3.512	2.769
IPI a recuperar	756	974	793	1.011
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	125	302	299
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	29.280	29.759	61.464	67.368
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	10.519	10.717	22.079	24.256
Demais créditos (c)	3.780	3.780	20.600	20.599
	44.474	**45.421**	**163.441**	**170.188**
Circulante	**4.499**	**4.769**	**77.272**	**76.880**
Não circulante	**39.975**	**40.652**	**86.169**	**93.308**

a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

Nota 11 - Outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a Empregados	362	364	878	858
Outros (b)	10	-	7.260	7.247
Total	**372**	**364**	**8.138**	**8.105**
Circulante	372	364	1.559	1.526
Não circulante	-	-	6.579	6.579

a) No saldo de R$ 6.579 no consolidado em 31/12/2023 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

Nota 12 - Investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participação em controladas/coligadas (a)	566.345	447.628	191.535	198.958
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	566.345	**447.628**	**235.588**	**243.011**

Participações em Controladas e Coligadas
Controladora
a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Equivalência 21/12/2022
Em 31 de dezembroo de 2022							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	448.173	1.271.788	(164.797)	(823.615)	100,00%	-	(164.797)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	739.976	424.712	(19.932)	315.263	47,07%	148.394	(9.382)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.693	11.896	(1.098)	170.797	100,00%	170.797	(1.098)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	236.282	108.325	(9.133)	127.957	100,00%	127.955	(9.133)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.143	(747)	(9.433)	100,00%	-	(750)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	28	(5)	(18)	99,00%	-	(5)
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.200	320	(428)	17.880	0,01%	2	2
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-
						447.628	**(185.163)**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Equivalência 21/12/2023
Em 31 de dezembroo de 2023							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	373.110	1.069.660	135.926	(696.550)	100,00%	-	135.926
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.062	(9.494)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	171.406	609
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	251.395	123.440
Innovida Participações S.A.	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	-	(15)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	27	-	(17)	99,00%	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	2	(1)
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-
						566.345	**250.466**

Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2022							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.810	16,66%	2.206	(23)
QUIP S.A.	98.965	65.552	(15.747)	-64.908	13,25%	-	(2.087)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.214	90.089	(19.036)	151.057	19,53%	29.502	(1.665)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(8.514)	(911)	35,00%	-	(14)
Imóvel de Magé	-	-	(41)	-	0,00%	-	-
FIDC ©	-	-	-	-		600	-
Companhia Brasileira de Diques S A	739.976	424.712	(19.932)	315.263	47,07%	148.394	(9.382)
Penta Participações e Investimento	182.693	11.896	(1.098)	170.797	100,00%	-	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	236.282	108.325	(9.133)	127.957	100,00%	-	-
Innovida Paticipações S.A.	18.710	28.142	(702)	(9.433)	100,00%	14.737	(46)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	28	(5)	(18)	99,00%	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.200	320	(428)	17.880	0,01%	-	-
Total	**1.589.830**	**841.400**	**(81.550)**	**734.589**	**-**	**198.958**	**(13.217)**

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de Dezembro de 2023							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.241	16,66%	-	
QUIP S.A.	92.181	157.089	(16.554)	-64.908	13,25%	-	(2.169)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.009	4.329	(596)	151.653	19,53%	29.618	116
QUEBEC - Constr.Mont. Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(131)	(993)	35,00%	-	(46)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	-	-
FIDC ©		-	-			600	-
Companhia Brasileira de Diques S A	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.061	(9.494)
Penta Participações e Investimento	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	-	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	-	-
Innovida Paticipações S A	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	14.737	(15)
Ennisa Energia e Infraestrutura	10	27	-	(17)	99,00%	-	-
Ennisa Inovação e Infraestrutura	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	-	-
Total	**1.617.686**	**769.994**	**78.997**	**846.564**		**191.535**	**(11.608)**

Controladas/Coligadas	Quantidade de ações possuídas (em milhares) O . N.	P. N.	Participação em %	Participação no capital votante em %
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente a mesma possui 100% de participação no capital da investida. **(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A:** Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R$ 608.734. Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%. Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%. **(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda:** Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão. **(iv) FIDC Tarânis:** Em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não - Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo. **b) Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Controladora Taxas anuais de depreciação	Terrenos 0%	Edificações e Benfeitorias 25%	Máquinas e Equipamentos 10% a 40%	Móveis e Utensílios 10%	Instalações e Ferramentas 2% a 10%	Outros 10% a 30%	Total
Em 31/12/2022							
Custo	10.188	155.668	1.444	1	(39.140)	1.760	**129.919**
Depreciação Acumulada	-	(91.157)	(2.941)	-	39.417	-	**(54.680)**
Valor contábil líquido	**10.188**	**64.511**	**(1.497)**	**1**	**277**	**1.760**	**75.239**
Adições	-	-	-	-	-	-	**-**
Baixas	-	-	-	-	(80)	-	**(80)**
Depreciação	-	(2.812)	(21)	-	(191)	-	(3.024)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	69	-	**69**
Transferências	-	-	14	-	(14)	-	**-**
Saldo Final	**10.188**	**61.699**	**(1.504)**	**1**	**60**	**1.760**	**72.204**
Em 31/12/2023							
Custo	10.188	155.668	2.955	1	39.337	1.760	**129.839**
Depreciação Acumulada	-	(93.969)	(1.451)	-	(39.277)	-	**(57.635)**
Valor contábil líquido	**10.188**	**61.699**	**1.504**	**1**	**60**	**1.760**	**72.204**

Consolidado Taxas anuais de depreciação	Terrenos 0%	Edificações e Benfeitorias 25%	Máquinas e Equipamentos 10% a 40%	Móveis e Utensílios 10%	Instalações e Ferramentas 2% a 10%	Equipamentos de Informática 1% a 10%	Outras Imobilizações 10% a 30%	Total
Em 31/12/2022								
Custo	17.400	180.542	69.100	4.460	38.414	8.656	81.530	**324.980**
Depreciação Acumulada	-	(98.871)	(39.323)	(4.342)	(36.708)	(8.555)	(857)	**(113.534)**
Valor contábil líquido	**17.400**	**81.671**	**29.777**	**118**	**1.706**	**101**	**80.673**	**211.446**
Adições	-	138	538				-	**676**
Baixas	-	(74.444)	(138)	-	(137)	-	(1)	**(74.720)**
Depreciação	(2.812)	(3.150)	(1.878)	(88)	(243)	(24)	(194)	**(8.388)**
Baixas da Depreciação	-	-	145		69		-	**214**
Transferências	-	78.268	-				(78.268)	**-**
Saldo Final	**14.588**	**82.483**	**28.444**	**30**	**1.395**	**77**	**2.210**	**129.228**
Em 31/12/2023								
Custo	17.400	184.504	69.500	4.460	38.276	8.656	3.262	**326.058**
Depreciação Acumulada	(2.812)	(102.021)	(41.056)	(4.430)	(36.882)	(8.579)	(1.051)	**(196.830)**
Valor contábil líquido	**14.588**	**82.483**	**28.444**	**30**	**1.394**	**77**	**2.211**	**129.228**

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10. Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada. A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por "impairment". **Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação:** A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo. • Política de renovação dos ativos; • Inspeção "in loco" de todas as unidades avaliadas; • Experiência da Companhia com ativos semelhantes; • Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes; • Inventários físicos de todas as unidades avaliadas; • Informações contábeis e controle patrimonial; • Especificações técnicas; • Conservação dos bens; e • Política de Manutenção - Visando salvaguardar os ativos; Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária. A redução do saldo do imobilizado ocorreu pela baixa do imóvel de Charqueadas e seus equipamentos, cedido em dação de pagamento ao Banco Badesul, dívida contraída quando da construção das instalações para atendimento ao projeto da Petrobras, conforme contrato assinado entre a Iesa e a Tupi B.V ("TUPI") em 26 de julho de 2012, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, que foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V..

Nota 14 - Intangível:

Controladora	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	**20%**	**0%**	
Em 31 de Dezembro de 2022			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	**3**	**391.513**	**391.516**
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	**3**	**391.513**	**391.516**

Consolidado	Programas de Computador	Software Transf. Inepar Ener.	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	**20%**	**20%**	**0%**	
Em 31 de Dezembro de 2022				
Custo	35.000	7	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.257)	(4)	-	(34.261)
Valor contábil líquido	**743**	**3**	**391.513**	**392.259**
Amortização	(686)	-	-	(686)
Saldo Final	**(686)**	**-**	**-**	**(686)**
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	35.000	7	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.943)	(4)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	**57**	**3**	**391.513**	**391.573**

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfez o valor total de R$ 1.217.468. Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R$ 1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

Nota 15 - Instituições financeiras:

Circulante	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo Permanente	249.704	234.213	249.705	234.214
Capital de Giro	678	769	135.245	156.516
Total Circulante	**250.382**	**234.982**	**384.950**	**390.730**

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
Modalidade	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo Permanente	184.978	201.039	184.978	201.039
Capital de Giro	34.976	31.328	34.976	31.328
Total Não Circulante	**219.954**	**232.367**	**219.954**	**232.367**
Total de Empréstimos e Financiamentos	**470.336**	**467.349**	**604.904**	**623.097**

	Controladora		Consolidado	
Por Data de Vencimento / Em negociação	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Vencidos	250.382	234.982	384.950	390.730
Em até 12 meses	18.735	19.528	18.735	19.530
De 1 a 2 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
De 2 a 3 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
De 3 a 4 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
De 4 a 5 anos	26.957	26.069	26.957	26.069
Acima de 5 anos	93.391	108.563	93.391	108.561
Total de Empréstimos e Financiamentos	**470.336**	**467.349**	**604.904**	**623.097**
Por Tipo de Moeda	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Reais - R$	470.336	467.349	604.904	623.097
Total de Empréstimos e Financiamentos	**470.336**	**467.349**	**604.904**	**623.097**

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial. As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis Magé e Macaé.

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Nota 16 - Debêntures (controladora):

Emissão	Empresa	31/12/2022	Adições/Baixas	Controladora 31/12/2023
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.505	10	2.515
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	4.840	582	5.422
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	246.161	17.090	263.251
		253.506	**17.682**	**271.188**
Circulante		**14.881**		**15.996**
Não circulante		**238.625**		**255.192**

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$10 totalizando o montante de R$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976. Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures , e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, consequentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Nota 17- Obrigações fiscais e tributárias:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	176.850	563.920	320.523	1.015.677
ICMS a recolher	43.743	42.344	58.715	55.977
Inss a recolher	43	39	43	39
Pis/Cofins Diferidos	4.938	4.938	22.780	25.048
ISS a recolher/Parcelamentos	9.363	9.049	33.969	28.150
Pis/Cofins a recolher	799	583	4.567	3.308
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1.528	788	3.025	1.762
Parcelamento Simplificado RFB	2.884	2.878	3.073	2.062
Parcelamento Trans.Excepcional	789	-	1.456	3.048
Parcelamento Edital PGDAU	-	-	1.608	-
Outros	1.526	1.442	5.353	4.341
	242.463	**625.981**	**455.112**	**1.139.412**
Circulante	**65.614**	**143.005**	**132.909**	**291.740**
Não circulante	**176.849**	**482.976**	**322.203**	**847.672**

a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020. O parcelamento na modalidade “demais débito” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição. Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários! devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021. Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas - Transação Individual”, no exercício de 2021. Foi diferida nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e pelas suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R$ 360,2 milhões , os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício. Os vencimentos do débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2025. Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço. Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo assim que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Nota 18 - Provisão de custos e encargos:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	**2.303**	**2.303**	**2.303**
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Nota 19 - Adiantamentos de clientes:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo Inicial	**-**	**-**	**33.143**	**34.803**
Adições/Baixas	30	-	2.868	(1.660)
Saldo Final	**30**	**-**	**36.011**	**33.143**

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados. **Nota 20 - Tributos diferidos:** **20.1. Tributos Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Controladora

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos: Diferenças Temporárias	Tributos Diferidos Ativos: Total	Tributos Diferidos Passivos: Impostos s/Reserva de Reavaliação	Tributos Diferidos Passivos: Custo Atribuído	Tributos Diferidos Passivos: Revisão de Vida Útil	Tributos Diferidos Passivos: Total
Em 31 de dezembro de 2022	**40.476**	**40.476**	**11.509**	**28.391**	**(254)**	**39.646**
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	550	**550**
Baixa dos Tributos	(677)	(677)	(167)	(8.700)	-	**(8.867)**
Em 30 de dezembro de 2023	**39.799**	**39.799**	**11.342**	**19.691**	**296**	**31.329**

Consolidado

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos: Diferenças Temporárias	Tributos Diferidos Ativos: Total	Tributos Diferidos Passivos: Impostos s/Reserva de Reavaliação	Tributos Diferidos Passivos: Outros Impostos Diferidos	Tributos Diferidos Passivos: Custo Atribuído	Tributos Diferidos Passivos: Revisão de Vida Útil	Tributos Diferidos Passivos: Total
Em 31 de dezembro de 2022	**56.090**	**56.090**	**11.509**	**43.644**	**33.927**	**11.452**	**100.532**
Constituição dos Tributos	23.188	23.188	-	-	167	602	769
Baixa dos Tributos	-	-	(167)	(95)	(21.552)	(406)	(22.220)
Em 31 de dezembro de 2023	**79.278**	**79.278**	**11.342**	**43.549**	**12.542**	**11.648**	**79.081**

20.2. Despesas com tributos sobre o lucro:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos sobre o Lucro	**113.791**	**(360.548)**	**(250.706)**	**(366.248)**
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	**34%**	**34%**	**34%**	**34%**
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	110.799	(56.279)	739.881	(96.474)
Resultado de Equivalência Patrimonial	250.238	62.955	(11.749)	96.156
IRPJ / CSLL no Resultado	**361.037**	**6.676**	**728.132**	**(318)**
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	361.037	6.676	728.132	(318)
Alíquota Efetiva	**-317,28%**	**1,85%**	**-290,43%**	**0,09%**

Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R$ 720,7 milhões no consolidado e R$ 360,2 milhões na controladora.**Nota 21 - Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2023 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Ativo Não Circulante Empresas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Delft Administração e Participações S.A	-	-	7.250	6.921
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	6	22	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	48	-	2.179	138
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	798	746	746
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	215.384	196.665	2	2
IESA Transportes S.A.	4.522	4.104	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	3.451	3.060
QUIP S.A.	-	-	520	520
Veipar Veic.Import.	938	662	938	662
RJA G.Empresarial	7.159	5.056	7.159	5.056
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	3.900	3.900
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
	243.354	**222.588**	**26.173**	**21.033**

Passivo Não Circulante Empresas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Cia Brasileira de Diques S.A.	9.321	7.062	35.826	27.161
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	22	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	9	2.179	138
Iesa Óleo & Gás S/A	31.102	-	746	746
Inepar Administração e Participações S.A.	80.369	75.051	80.369	75.051
Inepar DTVM	-	-	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	252.838	201.028	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.832	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Demais Empresas	20	20	56	51
	529.142	**438.662**	**153.390**	**137.361**
Liquido entre Ativo e Passivo	**285.788**	**216.074**	**127.217**	**116.328**

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

	Controladora Saldo 31/12/2022	Controladora Adições (Baixas) Var.	Controladora Saldo 31/12/2023	Consolidado Saldo 31/12/2022	Consolidado Adições (Baixas) Var.	Consolidado Saldo 31/12/2023
Ativo Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	6.921	329	7.250
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	-	6	22	-	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	48	48	138	2.041	2.179
IESA - Óleo & Gás S.A	798	(798)	-	746	-	746
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	196.665	18.719	215.384	2	-	2
IESA Transportes S.A.	4.104	418	4.522	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Conversão Quirografários	-	-	-	3.060	391	3.451
QUIP S.A	-	-	-	520	-	520
Veipar Veic.Import.	662	276	938	662	276	938
RJA G.Empresarial	5.056	2.103	7.159	5.056	2.103	7.159
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
	222.588	**20.766**	**243.354**	**21.033**	**5.140**	**26.173**
Passivo						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	7.062	2.259	9.321	27.161	8.665	35.826
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	22	-	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	9	(9)	-	138	2.041	2.179
Iesa Óleo & Gás S/A	-	31.102	31.102	746	-	746
Inepar Administração e Participações S/A	75.051	5.318	80.369	75.051	5.318	80.369
Inepar DTVM	-	-	-	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.028	51.810	252.838	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	5.832	-	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	20	-	20	51	5	56
	438.662	**90.480**	**529.142**	**137.361**	**16.029**	**153.390**
Passivo Não Circulante	**216.074**	**-**	**285.788**	**116.328**	**-**	**127.217**

a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques. **b)** Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pelo valor de R$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES. A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

Nota 22 - Provisão para contingências: A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldo Inicial	**60.016**	**32.620**	**163.205**	**110.816**
Adições/Baixas	13.729	27.396	17.432	52.389
Saldo Final	**73.745**	**60.016**	**180.637**	**163.205**

	31/12/2023 Controladora Possível	31/12/2023 Controladora Provável	31/12/2022 Controladora Possível	31/12/2022 Controladora Provável	31/12/2023 Consolidado Possível	31/12/2023 Consolidado Provável	31/12/2022 Consolidado Possível	31/12/2022 Consolidado Provável
Trabalhistas	905	19.258	3.993	21.947	113.965	72.949	133.450	73.823
Tributárias	181.898	35.066	464.744	14.434	276.432	52.674	553.819	32.142
Cíveis	414.352	19.421	150.693	23.634	563.624	54.931	267.862	56.689
Outras	-	-	-	-	-	83	-	551
	597.155	**73.745**	**619.430**	**60.016**	**954.022**	**180.637**	**955.131**	**163.205**

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R$ 113.965 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações. **Tributárias:** Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN. **Cíveis:** Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização. **Nota 23 - Provisão para passivo a descoberto:** Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R$ 706.961 (R$ 836.319 em 31/12/2022) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R$ 11.345 (R$ 8.948 em 31/12/2022), referentes as empresas que não consolidam na controlada Iesa Óleo & Gás S/A.:

Nota 24 - Outras contas a pagar:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Delft Administração e Participações S.A	-	-	5.753	5.942
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	7.519	7.544	12.276	9.910
Outras contas a pagar (a)	25.375	23.709	126.211	129.404
Acordos a pagar (b)	22.905	22.905	22.905	22.906
	58.799	**57.158**	**170.145**	**171.162**
Circulante	58.799	57.158	168.783	169.869
Não circulante	-	-	1.362	1.293

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial. **b)** Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital. **Nota 25 - Patrimônio líquido: a) Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R$ 542.625 formado por 31.685.549 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76. Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe, **b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R$ 180.292 e está assim composta: Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R$ 4.271 e R$ 79.707 para a formação de reserva de capital. Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R$ 4.049 e R$ 75.565 para a formação de reserva de capital. - Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R$ 3.165, e R$ 25.020 para a formação de reserva de capital. **c) Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas - os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes. A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização. **d) Debêntures Perpétuas:** As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R$ 236.591 e estão assim compostos: - Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R$ 167.234 para a 6ª emissão e de R$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. - Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R$ 10.268 para a 8.ª emissão

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

e de R$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. - Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R$100, perfazendo o montante de R$121.550, tendo sido utilizado o montante de R$ 115.045 O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização. - Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R$100, perfazendo o montante de R$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R$ 6.471. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização, - Para as debêntures perpétuas das 7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R$ 7.167, que serão utilizadas para as próximas conversões. Conversões realizadas das debentures em ações: -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 - Valor de R$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 - Valor de R$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 - Valor de R$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 - Valor de R$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 - Valor de R$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 - Valor de R$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 - Valor de R$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 - Valor de R$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 - Valor de R$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 - Valor de R$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 - Valor de R$ 4.888 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 - Valor de R$ 26.296 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 - Valor de R$ 12.214 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 - Valor de R$ 12.640 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 - Valor de R$ 6.778 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 - Valor de R$ 1.336 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 - Valor de R$ 29.663 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª; 8ª, 9ª; 10ª e 11ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 - Valor de R$ 508 referente a conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão. -Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 - Valor de R$ 15.655 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão. **e) Créditos quirografários a converter:** Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia. **f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R$ 820.324, sendo que neste valor está incluído o montante de R$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro. **g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia. **Nota 26 - Resultado por ação:** O resultado básico e diluído por lote de mil ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Numerador		**31/12/2023**	**31/12/2022**
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia			
Resultado disponível aos acionistas preferenciais		145.504	(134.436)
Resultado disponível aos acionistas ordinários		331.921	(232.130)
		477.425	**(366.566)**
Denominador (em unidades de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		12.627.232	63.136.160
Quantidade de ações ordinárias emitidas		31.685.549	119.917.580
Total		**44.312.781**	**183.053.740**
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações			
Ação preferencial	11.523	(2.129)	
Ação ordinária	10.475	(1.935)	

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Nota 27- Receita operacional líquida:		**Consolidado**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	8.106	13.479
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.623)	(2.757)
Receita de Vendas	**6.483**	**10.722**

Nota 28 - Despesas e receitas financeiras:	**Controladora**		**Consolidado**	
Despesas Financeiras	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Juros sobre impostos e contribuições	(24.242)	(65.958)	(80.194)	(189.726)
Juros / despesas bancárias	(74.002)	(71.564)	(107.091)	(103.849)
Fianças bancárias	-	-	(66)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(317)	(996)
Ajuste conversão RJ	-	(113)	-	(113)
Variações cambiais	-	-	(50)	(86)
Total	**(98.244)**	**(137.635)**	**(187.718)**	**(294.770)**
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2	2	36	344
Receitas atualização debêntures	-	3.369	-	3.369
Juros auferidos	-	200	-	208
Outras receitas financeiras	545	(199)	17.889	6.501
Variações cambiais	-	-	1	1
Total	**547**	**3.372**	**17.926**	**10.423**
Total Líquido	**(97.697)**	**(134.263)**	**(169.792)**	**(284.347)**

Nota 29 - Outras receitas e despesas operacionais:	**Controladora**		**Consolidado**	
Outras despesas Operacionais	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Impostos sobre Claim´s e demais (a)	-	517	-	4.449
IOF	(35)	(40)	(160)	(614)
Outras despesas tributárias	(75)	(353)	(385)	(1.444)
Outras despesas Operacionais	(3.826)	(9.573)	(12.766)	(21.348)
Ociosidade (b)	-	-	(4.747)	102
Total das despesas operacionais	**(3.936)**	**(9.449)**	**(18.058)**	**(18.855)**
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas	8.413	2.591	3.183	7.201
Recuperação Despesas	181	2.315	18.041	24.775
Receitas de aluguel	807	1.914	2.494	2.526
Recuperação Despesas - transação individual	-	-	-	9.625
Outras receitas	-	17.646	478	18.234
Total das receitas operacionais	**9.401**	**24.466**	**24.196**	**62.361**
	5.465	**15.017**	**6.137**	**43.506**

a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais correspondentes aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos. **b)** Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.

Nota 30 - Depósitos judiciais:	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Processos Trabalhistas	2.880	2.877	13.033	73.175
Processos Cíveis	47.181	66.964	61.433	56.506
Processos Tributários	1.233	1.330	1.233	83
	51.294	**71.171**	**75.699**	**129.764**

a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas. b) Neste trimestre, foram resgatados valores de diversos processos, referentes aos depósitos judiciais relacionados a arbitragem do contrato da Petrobras.

Nota 31 - Obrigações sociais e trabalhistas:	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Salarios A Pagar	653	481	2.664	4.138
Rescisões a Pagar	683	623	70.190	70.324
FGTS a Recolher	4.251	3.865	45.791	43.244
Contrib.Sindical	-	-	15.017	14.189
IRRF a Recolher	1.430	1.342	8.748	6.797
INSS a Recolher	1.805	766	10.050	4.685
Outros Impostos a Recolher	133	132	169	537
	8.953	**7.209**	**152.629**	**143.912**

Nota 32 - Cobertura de seguros (não auditada): As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 33 - Benefícios a empregados:	**Controladora**		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Salários	1.842	1.860	11.501	12.456
Gastos Previdenciários	626	434	2.799	2.275
Total	**2.468**	**2.294**	**14.300**	**14.731**

Nota 34 - Remuneração do pessoal-chave da administração: Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Remuneração de Conselheiros	245	231	825	764
Remuneração de Diretores	772	790	3.168	2.721
Total	**1.017**	**1.021**	**3.993**	**3.485**

Nota 35 - Informações por segmento: As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos	**Gás/Modulos/outros**	**Total**
Receita bruta total	8.106		8.106
Impostos/Deduções	(1.623)		(1.623)
Custos dos Produtos e Serviços	(9.150)	(520)	(9.670)
Total	**(2.667)**	**(520)**	**(3.187)**

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados, bem como referentes aos serviços executados a terceiros pelas controladas Iesa Projetos e Enisa. **Nota 36 - Tratativas que irão gerar eventos subsequentes:** a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes. b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima; c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé. d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R$ 619 milhões. e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core. g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades. h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos. **Nota 37 - Eventos subsequentes:** Em agosto de 2023, a EUROINVEST propôs um depósito de US$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US$ 153 milhões, em uma conta caução enquanto realiza o "due diligence" sobre os ativos. Conforme Fato Relevante emitido em 23 de janeiro de 2024, informa que a Inepar concluiu com a regularização de uma empresa denominada INEEAU PROJECT MANAGEMENT SERVICES CO, com sede nos Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de evoluir estudos e negócios naquela região, em especial na área de infraestrutura e demais acervos técnicos de capacidade da Companhia.

Diretoria Executiva:

Vago - Diretor Presidente
Irajá Galliano Andrade - Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Conselho De Administração:

André de OMS
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Rodolfo Andriani
Irajá Galliano Andrade
José Bonifácio Pinto Junior
Augusto Araújo de OMS

Contador:

Jair Malpica - CPF 667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. Nos termos do inciso II do artigo 63, da lei nº 6.404/76 e com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos Müller & Prei Auditores Independentes S/S. datado de 28 de março de 2024, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de opinião com ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Opinião com Ressalva;** Base para opinião com ressalvas: Limitação de escopo de auditoria. a) Confirmação externas de endividamento bancário. b) Investimentos em controladas/coligadas e consórcios. c) Incerteza relevante quando à continuidade operacional**; Ênfases:** Coisa Julgada em Matéria Tributária**;** Reconhecimento de recebíveis. Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas. Termo de Transação Individual com a PGFN-Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; **Principais assuntos de auditoria**: a) Impairment dos Ativos Imobilizado e Intangível. b) Débitos tributários. c) Contingências; **Outros Assuntos**: Demonstrações do valor adicionado; Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor; Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Os conselheiros opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras encontram-se em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2024

Rubens Gerigk
Sergio Tomaz Crestani
Gerson Luis Casara

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial** - Curitiba - PR. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião com ressalva: Limitação de escopo de auditoria: a) Confirmações externas de endividamento bancário:** Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 **não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial. b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios:** As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. - Em Recuperação Judicial (QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e das investidas da Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial (Cia Brasileira de Diques e FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante quando à continuidade operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa "1", às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2023, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2023 as demonstrações financeiras apresentam resultado positivo de R$ 477.425 mil, efeito esse dos tributos diferidos sobre o reconhecimento dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual conforme nota explicativa "20.2", e passivo circulante superior ao ativo circulante de R$ 969.104, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos "Claims" e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Ênfases: Coisa Julgada em Matéria Tributária:** Sem ressalvar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões. **Reconhecimento de recebíveis**: Conforme mencionado na nota explicativa "6", foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial e nas controladas:

continua >>>

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06 - Em Recuperação Judicial

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como "praticamente certo", uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais. **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa "21", a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contem modificação em relação a esse assunto. **Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional:** Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições. Essa operação gerou um ganho que representa R$ 1.358 mil, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas Operacionais", conforme disposto na nota explicativa "29". A manutenção do referido acordo junto a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contem modificação em relação a esse assunto. Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R$ 720,7 milhões no consolidado. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos no parágrafo de "ênfase", entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório: *a) Impairment* dos ativos Imobilizado e Intangível: A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R$ 129.228 e R$ 391.573 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de *impairment* desses ativos. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado. b) Débitos Tributários: A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa "17". Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil. c) Contingências: A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2024.

Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1
George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

Publicidade Legal
Edição Digital
WWW.BEMPARANA.COM.BR

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

Banco CNH Industrial Capital S.A.

CNPJ/MF nº 02.992.446/0001-75 - NIRE: 41300016771

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. Local, Data e Hora: Aos 28/03/2024, às 15h, na sede social do Banco CNH Industrial Capital S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.992.446/0001-75 ("Companhia"), localizada na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, parte, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81170-901. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, ficando, portanto, dispensada a convocação nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Foram eleitos para a Mesa, por unanimidade, o Sr. Heberson José de Góes (Presidente) e a Dra. Danielle Sfair Reis (Secretária). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** Aprovação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2023; **(c)** Outros assuntos de interesse da Companhia. **5. Deliberações:** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do art. 130, §1º, da Lei 6.404/76. Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e sem quaisquer ressalvas, verificando-se a abstenção dos legalmente impedidos de votar, as seguintes deliberações foram tomadas: **(a) Aprovação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2023:** o Presidente informou que se encontravam à disposição dos senhores acionistas as documentações pertinentes às contas dos administradores, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras completas, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. A seguir foi proposta e aceita pelos presentes a dispensa da leitura dos referidos documentos por serem de pleno conhecimento de todos, os quais atendendo às disposições legais foram publicados, na íntegra, no Jornal Bem Paraná, edição digital e física, de 27/02/2023, páginas 17 a 23 e 25 a 31, respectivamente. Os referidos documentos foram aprovados sem qualquer restrição ou ressalva pela unanimidade dos acionistas presentes. **(b) Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2023:** colocados os documentos à disposição dos senhores acionistas, a matéria entrou em discussão e votação, tendo sido a proposta do Conselho de Administração da Companhia, aprovada na íntegra, por unanimidade dos acionistas presentes, sem qualquer restrição ou ressalva. Como consequência da presente aprovação, fica deliberada e ratificada, a seguinte destinação do Lucro Líquido do exercício de 2023, no valor de R$ 143.182.044,59, sendo: (i) constituição de reserva legal em valor equivalente a R$ 7.159.102,23; (ii) o restante do lucro do exercício, no valor de R$ 136.022.942,36, constituído como reservas especiais de lucros, podendo ser capitalizado e/ou distribuído posteriormente; (iii) ratificação do pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R$ 150.067.979,57 oriundo dos lucros acumulados. **(c) Outros assuntos de interesse da Companhia:** não houve. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes e assinada pela Secretária da Mesa. **7. Acionistas Presentes:** New Holland Limited (nesse ato representado por Bianca Belotti e Heberson José de Góes); e CNH Industrial Brasil Ltda. (nesse ato representado por Bianca Belotti e Heberson José de Góes). Mesa: Heberson José de Góes - Presidente; Sra. Danielle Sfair Reis - Secretária. Certifico, na qualidade de Secretária da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28/03/2024, que está ata é reprodução fiel e autêntica da que se encontra lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. Danielle Sfair Reis - Secretária. **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em: 10/04/2024, 14:20, sob nº 20242531822. Protocolo: 242531822 de 10/04/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28
ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a não instalação, em primeira convocação, da Assembleia de Sócios, agendada para 22 de abril de 2024, são convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 14 (quatorze) horas, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023;

b) Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;

c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da administração.

d) Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:

(i) 541.434 (quinhentas e quarenta e um mil, quatrocentas e trinta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de Ruth Gomes Slaviero partilhadas aos seus herdeiros Lilian Slaviero Abrão, Cláudio Gomes Slaviero, Ruth Maria Gomes Slaviero e Rubens Slaviero Filho;

(ii) 2.215.989 (dois milhões, duzentas e quinze mil, oitocentas e noventa e oito) quotas de titularidade de Tania Dallegrave Goes para a sociedade Trópicos Holding e Participações Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital;

(iii) 8.460.014 (oito milhões, quatrocentas e sessenta mil e quatorze) quotas de titularidade de Zigard Participações Societárias Ltda. para R.R. Slaviero Participações e Administração de Bens Ltda., transferidas em virtude de operação societária de incorporação;

(iv) 10.688.183 (dez milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, cento e oitenta e três) quotas de titularidade de Edy Gomes Cassemiro para Emílio Batista Gomes, Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação;

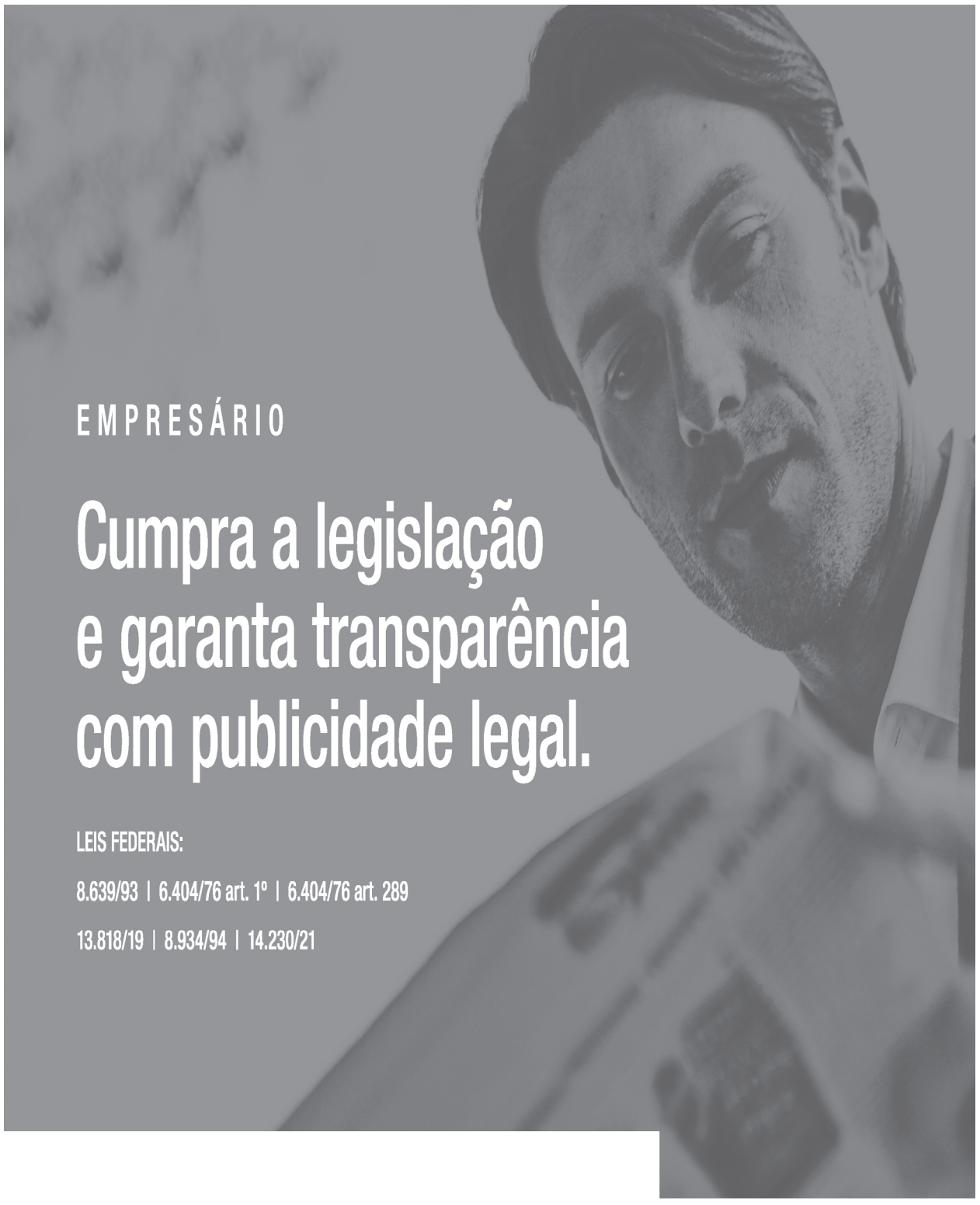
(v) 4.312.422 (quatro milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quatrocentas e vinte e duas) quotas de titularidade de Emílio Batista Gomes para Guilherme Araújo Gomes, Gabriela Araújo Gomes e Thaís Araújo Gomes, , transferidas por doação;

(vi) 1.622.636 (um milhão, seiscentas e vinte e duas mil, seiscentas e trinta e seis) quotas de titularidade de Maria Elizabeth Araújo Slaviero para MESAH Participações Societárias Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital; e

(vii) 1.852.580 (um milhão, oitocentas e cinquenta e duas mil, quinhentas e oitenta) quotas sociais de titularidade de Maria Cecília de Araújo Gomes para Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação.

e) Aprovação da minuta da 67ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente e, adicionalmente, a revogação da disposição transitória prevista na Cláusula Trigésima Segunda do Contrato Social em razão da perda do seu objeto, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.

Curitiba, 23 de abril de 2024.
Conselho de Administração



Publicar balanços, balancetes e avisos legais da empresa é lei, além de uma forma de dar mais tranquilidade a sócios, acionistas e administradores. Nessas horas, o melhor é deixar tudo preto no branco, nas páginas de um jornal diário da região. Siga a lei da transparência, da segurança jurídica e da ética. Anuncie seus resultados nos jornais e revistas filiados ao SINDEJOR-PR.

TIRE SUAS DÚVIDAS | whatsapp 41 99153.2899 | fone 41 98404.4301 | contato@sindejor.com.br

SINDEJOR PR
SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código CD90-C8B0-3B78-8199.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CD90-C8B0-3B78-8199 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD90-C8B0-3B78-8199

Hash do Documento

947E14DD266A5B7A47A836BE9A44EF95FD4F05D32F18058C5FC4F7973A5E7B70

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2024 é(são) :

- ☑ Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 25/04/2024 00:15 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70